

Sumário

Lista de tabelas	IX
Lista de abreviaturas e siglas	XI
Prefácio	XIII
Apresentação	XIX
1 Introdução	1
2 O modelo de federalismo adotado pelo Brasil	7
2.1 Federalismo brasileiro.....	13
2.1.1 Análise histórica do federalismo no Brasil.....	13
2.1.2 A repartição de competências entre entes federados na Constituição de 1988	20
2.1.3 A repartição de receitas entre entes federados na Constituição de 1988	26
2.1.3.1 Os mecanismos de repartição de receitas.....	28
3 Assimetrias federativas e a discriminação de rendas tributárias como instrumento de reafirmação do federalismo cooperativo	35
3.1 Evolução e relações interfederativas no federalismo de cooperação	35
3.2 Federalismo fiscal	43
3.3 Desníveis e assimetrias regionais no Brasil	51
3.3.1 Federalismo assimétrico brasileiro	62
3.3.2 Fatores que contribuíram para o desnivelamento do federalismo brasileiro.....	77
3.3.3 A supressão da autonomia dos entes subnacionais pelo poder central	83
3.4 A distribuição de rendas como instrumento de redução das desigualdades federativas	86

4 O Fundo de participação dos estados e do Distrito Federal – FPE – e seu papel na promoção da autonomia financeira do estado de Alagoas: histórico, distorções e conflitos judiciais	93
4.1 Fundo de participação dos estados e do Distrito Federal – FPE: evolução e previsão constitucional	99
4.2 A relevância do FPE nas finanças dos estados-membros e a situação de dependência apresentada pelo estado de Alagoas	105
4.3 A sistemática de rateio adotada pela Lei Complementar 62, de 28 de dezembro de 1989.	110
4.4 Ações declaratórias de inconstitucionalidade movidas contra a Lei Complementar 62, de 1989	117
4.4.1 Resultado das ações propostas no Supremo Tribunal Federal	124
5 A sistemática de rateio inaugurada pela Lei Complementar 143, de 17 de julho de 2013	131
5.1 A “nova” sistemática de repartição dos valores do FPE	136
5.2 A repartição na prática: os efeitos financeiros da nova sistemática de rateio do FPE de 01 de janeiro de 2016 até os dias atuais	144
5.3 Ação direta de inconstitucionalidade ADI 5.069/DF	151
5.4 A autonomia federativa alagoana e a nova sistemática de rateio das verbas do FPE.....	155
5.4.1 Os verdadeiros efeitos da “nova” sistemática de rateio dos valores do FPE	164
5.4.2 O potencial de promoção da autonomia financeira alagoana escondido por trás da regra de transição	169
6 Conclusão	177
Referências	185